

DIREITO MUNICIPAL

- 160** A INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DA LEI Nº 13.022/2014 – ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS
Douglas Pohlmann Velásquez
- 166** FISCALIZAÇÃO DO SOLO URBANO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RMBH NO ANO DE 2013
Ana Carolina Utsch Corrêa
- 173** SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Lei municipal não pode restringir direitos à aposentadoria previstos na Constituição
- 186** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Inconstitucional emenda parlamentar a Lei Orgânica que invade a competência do Executivo Municipal
- 192** FUNDEB – SOBRA DE RECURSOS – PAGAMENTO AOS PROFESSORES – INICIATIVA DA LEI

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- 196** LICITANTES COM SÓCIOS EM COMUM NUMA MESMA LICITAÇÃO: POSSIBILIDADE OU ILICITUDE?
Luciano Elias Reis
- 200** A PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: REAJUSTE X REVISÃO
Bruno César Maciel Braga
- 203** A CONTRATAÇÃO INTEGRADA: O QUÊ? PORQUÊ? PARA QUÊ?
Luiz Carlos Quintella Neto
- 212** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Ilegalidade de contratação pública de serviços advocatícios para defesa pessoal do Prefeito
- 215** PRAZO DE EXECUÇÃO – PRORROGAÇÃO – PROCEDIMENTO

FINANÇAS PÚBLICAS

- 218** DE SUPER SIMPLES PARA O SUPER COMPLICADO
Kiyoshi Harada
- 220** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Subvenções devem visar à prestação de serviços de assistência social, médica e educacional
- 230** SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
A incidência do ISS deve ocorrer no município onde o consumidor contratou o serviço
- 239** HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS – ADVOGADO PÚBLICO – CRIAÇÃO DE RUBRICA – DESNECESSIDADE

OUTROS TEMAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

242 DELAÇÃO PREMIADA NÃO SERVE PARA FINS DE ADMISSIBILIDADE DE AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Mauro Roberto Gomes de Mattos

250 ANÁLISE DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Leon Delácio de Oliveira e Silva

255 A APLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO NO SISTEMA DE COTAS

Raquel Santos de Santana

262 O PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E A DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA: FUNDAMENTOS E LEGITIMIDADE – PARTE 1

Natália Peixoto Calijorne, Lucas de Carvalho Araújo, Guilherme Pagliara Lage, Andrey Morais Labanca

269 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Sanção de perda da função pública implica em perda de direito de ocupar cargo público

273 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Possibilidade de doação de bens importados isentos de tributação a entidades beneficentes

276 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Cabe indenização pelas benfeitorias efetivadas por particular em ocupação de área pública

280 PROJETO DE LEI – REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA – LAVAGEM DE VEÍCULOS – ANÁLISE

LEGISLAÇÃO ESPECIALIZADA

284 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 84, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios.

285 LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015

Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.